



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

**SIMULADO FINAL**

**TJ SC**

**Técnico Judiciário Auxiliar  
- Pós-Edital**

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Técnico Judiciário Auxiliar**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/6auj2KpZvWkGauDo7>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4vioHdE>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

**1. Observe a frase a seguir:**

"Uma cidade com bibliotecas ativas é uma cidade que conversa consigo mesma."

Da leitura dessa frase, deduz-se que:

- a) as bibliotecas substituem as formas tradicionais de comunicação.
- b) cidades sem bibliotecas não possuem qualquer atividade cultural.
- c) as bibliotecas favorecem a circulação de ideias e conhecimentos.
- d) a principal função das bibliotecas é preservar documentos históricos.
- e) a comunicação urbana depende exclusivamente dos livros.

**2. Observe o trecho a seguir:**

"A tecnologia ampliou o acesso à informação; nem sempre, porém, ampliou a capacidade de reflexão."

A respeito da organização desse segmento, assinale a afirmativa correta.

- a) O segundo segmento apresenta uma conclusão decorrente da informação expressa no primeiro.
- b) O advérbio "nem sempre" elimina completamente a validade da informação apresentada no primeiro segmento.
- c) O conectivo "porém" introduz uma ressalva à ideia positiva expressa anteriormente.
- d) A substituição de "porém" por "portanto" preservaria os sentidos originais do trecho.
- e) Os dois segmentos expressam ideias equivalentes, formuladas por meio de construções distintas.

**3. Observe a frase a seguir:**

"O diretor encaminhou aos conselheiros o relatório final."

Assinale a opção em que o termo destacado exerce a mesma função sintática de "o relatório final".

- a) O parecer desagradou **aos interessados**.
- b) O servidor necessitava **de orientação técnica**.
- c) O juiz considerou **procedente** o pedido.
- d) O relator apresentou **sua manifestação** aos membros da comissão.
- e) O documento fazia referência **à decisão anterior**.

**4. Em relação ao emprego do pronome SE nas frases a seguir, assinale aquela em que ele atua como índice de indeterminação do sujeito.**

- a) Divulgaram-se os resultados da pesquisa ao final do evento.
- b) Encaminharam-se aos setores competentes as recomendações da auditoria.
- c) Necessita-se de maior integração entre os órgãos de controle.
- d) Publicaram-se, no Diário Oficial, os atos administrativos.
- e) Apresentaram-se os relatórios exigidos pela comissão.

**5. Observe a frase:**

"A *maioria dos participantes* concordou com a proposta."

Sobre a concordância verbal empregada, assinale a afirmativa correta.

- a) O verbo deveria obrigatoriamente estar no plural.
- b) O verbo concorda corretamente com o núcleo do sujeito.
- c) Há erro de concordância.
- d) O verbo concorda com o termo "participantes".
- e) Trata-se de concordância por atração.

6. Assinale a frase em que ocorre emprego de linguagem figurada.

- a) O técnico examinou os documentos.
- b) O aluno abriu o livro.
- c) A notícia caiu como uma bomba na empresa.
- d) O servidor protocolou o requerimento.
- e) O motorista estacionou o veículo.

7. Assinale a frase em que ocorre inversão da ordem direta dos termos da oração.

- a) Os candidatos aguardavam o resultado.
- b) O professor explicou a matéria.
- c) Chegaram ao auditório os convidados.
- d) O gerente aprovou a proposta.
- e) Todos compreenderam a decisão.

8. Observe o trecho:

*"Se houvesse planejamento adequado, os resultados seriam melhores."*

A correlação verbal expressa:

- a) fato concluído.
- b) ordem.
- c) condição não realizada.
- d) explicação.
- e) consequência inevitável.

9. Em:

"Os relatórios foram analisados pela comissão."

A forma verbal encontra-se na:

- a) voz ativa.
- b) voz reflexiva.
- c) voz passiva sintética.
- d) voz passiva analítica.
- e) voz recíproca.

10. Leia o trecho:

*"A proposta foi rejeitada; os argumentos apresentados não convenceram os conselheiros."*

O ponto e vírgula foi empregado para:

- a) introduzir explicação.
- b) marcar interrupção de raciocínio.
- c) separar orações de relativa autonomia sintática.
- d) indicar discurso direto.
- e) substituir obrigatoriamente dois-pontos.

### **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC**

*Emerson Bruno*

11. De acordo com o previsto no Regimento Interno do TJSC, não constitui órgão do Tribunal:

- a) a Seção Cível.
- b) os Grupos de Câmaras de Direito Civil.
- c) os Grupos de Câmaras Criminais.
- d) a Seção de Direito Público.
- e) as Câmaras de Direito Público.

12. Mariana, estudante de Direito da UFSC, resolve discorrer sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça em trabalho acadêmico. Sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça conclui corretamente que ela será realizada:

- a) Na primeira semana do mês de novembro dos anos pares.
- b) Na primeira semana do mês de dezembro dos anos ímpares.
- c) Na segunda semana do mês de novembro dos anos pares.
- d) Na primeira semana do mês de novembro dos anos ímpares.
- e) Na primeira semana do mês de outubro dos anos ímpares.

**13.** De acordo com o Regimento Interno, os cargos de direção e as funções administrativas do TJSC terão mandato de:

- a) 2 (dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo cargo ou função.
- b) 2 (dois) anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- c) 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- d) 3 (três) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- e) 1 (um) ano, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.

**14.** Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, a remessa do processo de um setor para outro deverá ocorrer:

- a) mediante carga física obrigatória.
- b) preferencialmente por correio eletrônico institucional.
- c) exclusivamente por determinação judicial expressa.
- d) via sistema informatizado.
- e) mediante protocolo físico em livro próprio.

**15.** De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, é correto afirmar que:

- a) o cadastro processual poderá ser realizado com data retroativa em situações urgentes.
- b) o cadastro dos processos observará as tabelas processuais unificadas do CNJ.
- c) a distribuição manual possui preferência sobre a automática.
- d) o encaminhamento dos processos ao destino poderá ocorrer mensalmente.
- e) os casos urgentes deverão aguardar conferência posterior para remessa.

**16.** Ao receber processo para elaboração do cálculo das custas finais, o contador deverá:

- a) limitar-se à apuração do valor principal da dívida.
- b) remeter imediatamente os autos à origem sem inclusão em fluxo administrativo.
- c) aguardar autorização da parte vencedora para definição da sucumbência.
- d) incluir o valor do débito no fluxo de cobrança administrativa de custas finais.
- e) encaminhar os autos diretamente ao Conselho da Magistratura.

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

*Fabiano Pereira*

17. A prefeita do Município de Bela Serra, Marina, e o presidente da câmara municipal, Henrique, combinaram informalmente a seguinte estratégia: ela nomearia o irmão de Henrique para cargo em comissão no gabinete do Executivo, enquanto ele nomearia a sobrinha da prefeita para função de confiança no Legislativo local.

Ambos os nomeados possuíam formação compatível com as atribuições dos cargos e os atos de nomeação foram formalmente expedidos pelas autoridades competentes. Após a divulgação da situação, instaurou-se discussão sobre a validade jurídica das nomeações.

No que se refere ao princípio da moralidade administrativa, assinale a opção **correta**.

- a) As nomeações são válidas, porque a existência de qualificação técnica dos nomeados afasta qualquer questionamento fundado em moralidade administrativa.
- b) As nomeações são inválidas, pois o ajuste recíproco entre autoridades para nomeação de parentes configura nepotismo cruzado, incompatível com a moralidade administrativa, ainda que os atos apresentem aparência formal de regularidade.
- c) As nomeações são válidas, pois a moralidade administrativa se confunde integralmente com a moral comum, razão pela qual somente condutas socialmente escandalosas poderiam ser invalidadas por esse fundamento.
- d) As nomeações são inválidas apenas se houver lei municipal específica proibindo expressamente a conduta, já que o princípio da moralidade não possui autonomia suficiente para sustentar a invalidação do ato.
- e) As nomeações são válidas, pois a vedação ao nepotismo alcança apenas situações em que a autoridade nomeia diretamente parente seu, não incidindo quando a nomeação é praticada por agente político diverso

18. Cláudio, servidor público responsável por analisar pedidos administrativos de determinada empresa privada, aceitou prestar consultoria remunerada para essa mesma empresa enquanto ainda exercia suas atribuições no órgão público. A atuação da empresa poderia ser diretamente beneficiada por decisões, ações ou omissões relacionadas ao cargo ocupado por Cláudio.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) A conduta de Cláudio não configura improbidade administrativa, pois a prestação de consultoria privada somente seria vedada se houvesse efetivo dano patrimonial ao erário.
- b) A aceitação de atividade de consultoria para pessoa jurídica com interesse suscetível de ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público pode caracterizar ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, desde que praticado mediante ato doloso.
- c) A sanção de proibição de contratar com o poder público, na hipótese de ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito, deve ficar sempre restrita ao ente público diretamente lesado, sem possibilidade de ampliação.
- d) A multa civil aplicável ao responsável por ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito é sempre fixa e não pode ser majorada em razão da situação econômica do réu.
- e) Na hipótese de ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito, a suspensão dos direitos políticos não pode ser aplicada, sendo cabíveis apenas a perda dos bens acrescidos ilicitamente e o ressarcimento ao erário

**GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO***Douglas Schneider*

19. Em uma unidade judiciária, a redistribuição dos fluxos de trabalho gerou queda no engajamento dos servidores. Em vez de apenas reforçar metas e cobrar produtividade, o gestor passou a esclarecer o propósito das tarefas, reconhecer as entregas e ampliar a participação da equipe nas decisões operacionais, observando melhora no clima e no desempenho. Considerando os conceitos de comportamento organizacional e de gestão de pessoas no serviço público, assinale a opção correta.

- a) A motivação dos servidores decorre exclusivamente de recompensas financeiras, de modo que medidas de reconhecimento e participação têm efeito irrelevante sobre o desempenho.
- b) Liderança e chefia são sinônimos, pois a capacidade de influenciar a equipe resulta automaticamente da autoridade formal atribuída ao ocupante do cargo.
- c) A motivação envolve fatores intrínsecos, como o sentido do trabalho, o reconhecimento e a participação, e a liderança eficaz atua sobre o engajamento, e não apenas sobre a imposição de metas.
- d) O clima organizacional constitui aspecto subjetivo sem relação com a produtividade, razão pela qual não deve orientar a atuação gerencial no setor público.
- e) A cultura organizacional pode ser substituída de imediato por ato normativo da chefia, dispensando processos de comunicação e de construção de valores compartilhados.

20. Para fortalecer a integridade institucional, um tribunal de justiça implantou, de forma articulada, código de conduta, canais de denúncia, gestão de riscos e mecanismos de transparência ativa, com a finalidade de prevenir irregularidades antes que se concretizem, em vez de apenas reagir a desvios já ocorridos. À luz da integridade institucional e da governança no serviço público, assinale a opção correta.

- a) A integridade institucional resume-se à punição posterior dos infratores, não abrangendo medidas preventivas de gestão de riscos e de controle.
- b) A transparência ativa somente se concretiza mediante requerimento do cidadão interessado, dependendo de provocação para que as informações sejam disponibilizadas.
- c) A gestão de riscos é incompatível com a Administração Pública, por pertencer exclusivamente à lógica de mercado das organizações privadas.
- d) Os programas de integridade possuem caráter preventivo e sistêmico, articulando conduta ética, controle, gestão de riscos e transparência para evitar a ocorrência de irregularidades.
- e) A existência de canais de denúncia viola o princípio da impessoalidade, pois estimula a perseguição pessoal entre servidores e deve ser evitada no setor público.

## **NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS**

*Emannuelle Gouveia*

**21.** No contexto dos componentes de um computador, identifique qual situação exemplifica corretamente a interação entre hardware e software:

- a) O sistema operacional aumenta fisicamente a capacidade de armazenamento do SSD durante sua execução.
- b) A memória RAM substitui automaticamente o sistema operacional quando o computador é ligado.
- c) Um programa de edição de texto utiliza o processador e a memória para executar suas instruções e processar dados.
- d) O teclado executa instruções de software de forma independente, sem depender do sistema operacional.
- e) O monitor armazena permanentemente os arquivos criados pelos aplicativos.

**22.** No Microsoft Excel, em português, um usuário deseja contar quantas células, em um intervalo, atendem simultaneamente a mais de um critério. Qual função é mais adequada para essa finalidade?

- a) SOMA
- b) CONT.NÚM
- c) CONT.SE
- d) MÉDIASE
- e) CONT.SES

**23.** Conforme a LGPD, um órgão público compartilha dados pessoais com outra entidade da administração pública para a execução de uma política pública prevista em lei. Nesse contexto, o compartilhamento dos dados:

- a) Depende exclusivamente do consentimento prévio e expresso do titular.

b) É proibido, pois dados pessoais não podem ser compartilhados entre órgãos públicos.

c) Somente pode ocorrer após autorização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

d) Pode ser realizado quando necessário para a execução de competências legais ou de políticas públicas previstas em leis e regulamentos.

e) Exige a anonimização dos dados antes de qualquer forma de tratamento.

**24.** No Windows 10 e no Windows 11, um usuário deseja liberar espaço de armazenamento sem excluir definitivamente seus arquivos pessoais. Para isso, ele move diversos arquivos para a Lixeira. Enquanto os arquivos permanecerem na Lixeira:

- a) Não poderão ser restaurados para seus locais de origem.
- b) Serão automaticamente transferidos para um dispositivo de armazenamento externo.
- c) Poderão ser restaurados para seus locais originais pelo usuário.
- d) Deixarão de ocupar espaço em disco até que sejam recuperados.
- e) Serão convertidos em arquivos temporários do sistema.

**25.** Uma organização adotou uma política segundo a qual cada colaborador deve possuir acesso apenas aos sistemas e informações estritamente necessários para desempenhar suas atividades. Essa prática tem como principal objetivo:

- a) Reduzir o risco de acessos indevidos e limitar os impactos de eventuais comprometimentos de contas.
- b) Garantir que todos os usuários tenham acesso aos mesmos recursos corporativos.
- c) Eliminar a necessidade de autenticação nos sistemas internos.
- d) Impedir a realização de auditorias sobre o uso das informações.
- e) Substituir mecanismos de criptografia e controle de acesso.

**DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA***Lilian Novakoski*

**26.** A dignidade da pessoa humana constitui fundamento da República Federativa do Brasil e orienta a interpretação dos direitos humanos e fundamentais. Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) A dignidade da pessoa humana protege apenas direitos individuais de liberdade.
- b) A dignidade da pessoa humana possui caráter absoluto, não admitindo qualquer ponderação com outros direitos fundamentais.
- c) A dignidade da pessoa humana constitui valor-fonte do sistema jurídico, servindo de fundamento para a proteção dos direitos humanos.
- d) A dignidade da pessoa humana aplica-se exclusivamente aos cidadãos brasileiros.
- e) A dignidade da pessoa humana é princípio exclusivamente previsto em tratados internacionais.

**27.** O devido processo legal, previsto na Constituição Federal, possui dimensão formal e material. A dimensão material do princípio corresponde à:

- a) Necessidade de observância dos prazos processuais.
- b) Exigência de citação válida em todos os processos.
- c) Garantia de que leis e atos estatais observem critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
- d) Obrigatoriedade de realização de audiência em qualquer procedimento.
- e) Necessidade de defesa técnica exclusivamente por advogado particular.

**28.** A respeito da efetividade da prestação jurisdicional e do acesso à justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O acesso à justiça se esgota no direito de ingressar com ação judicial.
- b) A efetividade jurisdicional exige apenas a existência de órgãos do Poder Judiciário.
- c) O acesso à justiça compreende o direito a uma tutela jurisdicional adequada, efetiva e prestada em prazo razoável.
- d) A duração razoável do processo aplica-se exclusivamente ao processo penal.
- e) O acesso à justiça não possui relação com os direitos humanos.

**29.** Acerca das características dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- a) A universalidade significa que os direitos humanos são garantidos apenas aos nacionais de determinado Estado.
- b) A indivisibilidade indica que os direitos humanos não podem ser modificados por tratados internacionais.
- c) A universalidade e a indivisibilidade demonstram que todos os direitos humanos possuem igual relevância e destinam-se a todas as pessoas.
- d) A indivisibilidade autoriza a supressão de direitos sociais quando preservados os direitos civis e políticos.
- e) A universalidade impede a adoção de medidas especiais voltadas a grupos vulneráveis.

**30.** A igualdade material permite tratamentos diferenciados destinados à redução de desigualdades concretas, através das chamadas ações afirmativas. Por isso, ações afirmativas e políticas inclusivas são compatíveis com a Constituição e com os direitos humanos.

No contexto das políticas judiciárias de inclusão e cidadania, é correto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário limita-se à resolução de conflitos individuais, não possuindo funções relacionadas à promoção de direitos.
- b) A promoção do acesso à justiça é atribuição exclusiva da Defensoria Pública.
- c) As políticas judiciárias de inclusão buscam eliminar barreiras econômicas, sociais, culturais e físicas que dificultam o exercício de direitos.
- d) O acesso à justiça restringe-se aos processos judiciais tradicionais.
- e) A atuação judicial voltada à cidadania é incompatível com o princípio da imparcialidade.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

*Rodrigo Bet*

**31.** Considerando as características jurídicas das autarquias no âmbito da Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma de suas principais características.

- a) São pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por decreto do chefe do Poder Executivo.
- b) São criadas para exploração de atividade econômica, com finalidade lucrativa.
- c) Adquirem personalidade jurídica própria com a entrada em vigor da lei específica que as cria.
- d) Seus bens possuem natureza privada, podendo ser penhorados livremente.

e) Seus dirigentes somente podem ser exonerados mediante autorização legislativa.

**32.** À luz das características das agências executivas e das agências reguladoras no âmbito da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

- a) A agência executiva constitui uma nova entidade administrativa, criada diretamente por contrato de gestão.
- b) A qualificação como agência executiva dispensa plano estratégico e contrato de gestão com o Ministério supervisor.
- c) As agências reguladoras exercem, como regra, atividade econômica com finalidade lucrativa.
- d) Os regulamentos técnicos das agências reguladoras podem criar obrigações novas sem previsão legal.
- e) As agências reguladoras são, em regra, autarquias em regime especial, responsáveis por atividades de regulação, controle e fiscalização.

**33.** Considerando os vícios nos elementos de formação dos atos administrativos, especialmente quanto à competência, finalidade, forma, motivo e objeto, assinale a alternativa correta.

- a) O vício de finalidade, também chamado de desvio de poder ou desvio de finalidade, ocorre quando o ato é praticado visando fim diverso do previsto, ainda que implicitamente na lei, sendo vício insanável.
- b) O excesso de poder ocorre quando o agente pratica ato com finalidade diversa da prevista em lei, ainda que esteja dentro dos limites de sua competência.
- c) O vício de forma sempre gera nulidade absoluta do ato administrativo, ainda que a forma não seja considerada essencial.
- d) A motivação se confunde com o motivo e deve estar presente em todos os atos administrativos.
- e) O objeto proibido pela lei é vício sanável, podendo ser corrigido livremente pela Administração por meio de convalidação.

**34.** Considerando o conceito, os meios de atuação e a distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária, assinale a alternativa correta.

- a) O poder de polícia permite à Administração condicionar e restringir o exercício de atividades privadas em razão do interesse público.
- b) A polícia administrativa atua exclusivamente sobre indivíduos e possui natureza predominantemente repressiva.
- c) A polícia judiciária atua sobre bens, direitos e atividades, sendo exercida por órgãos e entidades da Administração Pública de direito público.
- d) No sentido estrito, o poder de polícia abrange tanto atividades legislativas quanto administrativas.
- e) Os atos preventivos de polícia são sempre vinculados, não admitindo autorização ou licença.

**35.** Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa correta acerca do projeto básico e do projeto executivo.

- a) O projeto básico é elaborado somente após o projeto executivo, pois serve apenas para confirmar os detalhes finais da obra.
- b) O projeto executivo dispensa a identificação dos serviços, materiais e equipamentos que serão incorporados à obra.
- c) O projeto básico não precisa possibilitar a avaliação do custo da obra nem a definição dos métodos e do prazo de execução.
- d) O projeto básico reúne elementos necessários e suficientes para definir e dimensionar a obra ou serviço, com nível de precisão adequado, permitindo avaliar custos, métodos e prazo de execução.
- e) O projeto executivo substitui integralmente o projeto básico, sendo responsável pela análise inicial da viabilidade técnica e do impacto ambiental do empreendimento.

**36.** Com base nos conceitos previstos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Sobrepreço corresponde ao dano efetivamente causado ao patrimônio da Administração em razão da execução contratual.
- b) Superfaturamento ocorre quando o preço orçado para licitação é superior aos preços referenciais de mercado, ainda que antes da execução do contrato.
- c) Reajustamento em sentido estrito é forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro baseada na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato.
- d) Repactuação é aplicável a qualquer contrato administrativo, independentemente da existência de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.
- e) Sobrepreço e superfaturamento são expressões equivalentes, pois ambas indicam apenas preço acima do valor de mercado.

**37.** Com base no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato deve ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Sobre os motivos que autorizam essa extinção, assinale a alternativa correta.

- a) O descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos pode justificar a extinção do contrato.
- b) A desobediência à fiscalização não permite a extinção contratual, pois cabe apenas aplicação de advertência.
- c) A falência do contratado impede a extinção do contrato, pois a Administração deve aguardar a recuperação da empresa.
- d) O caso fortuito ou força maior, ainda que não comprovados, autorizam automaticamente a extinção do contrato.
- e) Razões de interesse público não podem fundamentar a extinção contratual, ainda que devidamente justificadas.

**38.** Com base no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, acerca dos limites para alterações unilaterais nos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Nas obras, serviços e compras, o contratado deve aceitar acréscimos de até 50% do valor inicial atualizado do contrato.
- b) Nas obras, serviços e compras, o contratado deve aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, nas mesmas condições contratuais.
- c) Na reforma de edifício ou equipamento, o limite de 50% aplica-se tanto aos acréscimos quanto às supressões.
- d) As alterações unilaterais podem ultrapassar os limites legais quando houver interesse da Administração.
- e) O contratado não é obrigado a aceitar alterações quantitativas promovidas unilateralmente pela Administração.

**39.** No âmbito do estudo dos agentes públicos, considerando os cargos privativos de brasileiros natos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O cargo de Presidente da Câmara dos Deputados pode ser ocupado por brasileiro naturalizado.
- b) Apenas o Presidente da República precisa ser brasileiro nato, sendo dispensável essa exigência para o Vice-Presidente.
- c) Todos os cargos públicos da Administração Pública direta são privativos de brasileiros natos.
- d) São privativos de brasileiros natos, entre outros, os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Ministro do STF e oficial das Forças Armadas.
- e) O cargo de Ministro de Estado da Defesa pode ser ocupado por estrangeiro, desde que possua autorização legal.

**40.** No estudo dos agentes públicos, considerando a classificação dos agentes honoríficos, assinale a alternativa correta.

- a) Agentes honoríficos são servidores públicos efetivos, ocupantes de cargo permanente na Administração Pública.
- b) Agentes honoríficos exercem função pública mediante vínculo empregatício ou estatutário obrigatório com o Estado.
- c) Agentes honoríficos recebem, em regra, remuneração fixa e permanente pelo exercício da função.
- d) São exemplos de agentes honoríficos os servidores comissionados e os empregados públicos.
- e) Agentes honoríficos são cidadãos convocados, designados ou nomeados para prestar, transitoriamente, serviços relevantes ao Estado, sem vínculo empregatício ou estatutário.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL***Fábio Ramos*

**41.** Tício e Claudia, casados, cidadãos norte-americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Claudia acabou dando a luz prematuramente a sua filha Hilária. Após as férias voltaram para o seu país. 35 anos depois Hilária vem para o Brasil para tentar a vida política. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Hilária

- a) é brasileiro nata e poderá perder sua naturalização fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independente de qualquer situação.
- b) Ela tem a Nacionalidade inata e poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileira naturalizada e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerada como brasileira nata, mas não poderá ocupar o cargo de presidente, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerada brasileira após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

**42.** Tíberio e Tibruço ficaram com dúvida a respeito da entrada dos tratados internacionais no Brasil. Foi perguntar ao professor Fábio o que aconteceu a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004. O professor falou que uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu, e analisando a constituição chegou à seguinte conclusão correta que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei complementar, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas supra legais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.

c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;

d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;

e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

**43.** Wagner analisando a constituição federal viu que por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. Assim como Conselho Nacional do Ministério público. Lendo o texto Wagner ficou com dúvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente a luz do texto constitucional que:

- a) O presidente do CNJ será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) Todos os membros do CNJ e alguns do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 11 membros com mandato de 2 anos, admitida a recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Terá na sua composição membros da justiça militar.

**44.** Mauricio, senador eleito por Santa Catarina, após completar 40 anos de idade, resolveu testar sua saúde e caminhou de Santa Catarina até Brasília para protestar. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público lá em Brasília. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Mauricio poderá ajuizar

- a) Mandado de segurança que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra(Brasília).
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF, mas deverá ser proposta no estado onde ele reside.
- e) Ação popular que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra(Brasília).

**45.** Roserval, servidor público de SC, teve conhecimento de que a Constituição da República de 1988 tinha assegurado determinado direito estatutário aos servidores, mas condicionava o seu exercício à edição de lei que o regulamentasse. Mesmo muitos anos desde a promulgação da Constituição, a lei não foi editada, omissão que torna inviável o exercício do seu direito. À luz da narrativa constitucional, o instrumento passível de ser utilizado por Roserval para a tutela dos seus interesses é:

- a) o mandado de segurança;
- b) o habeas data;
- c) a reclamação constitucional;
- d) o mandado de injunção;
- e) o direito de petição.

**46.** Tibério e Tibruço tiveram uma dúvida de qual seria a competência do município. Foram perguntar e o professor que a única competência INCORRETA do município seria:

- a) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

**47.** Clóvis, estudante de Direito na universidade de Santa Catarina realizou amplas pesquisas a respeito dos requisitos de fruição e dos beneficiários dos direitos e garantias fundamentais previstos na Cf/88. Acerca das normas constitucionais que regem os direitos políticos e os partidos políticos, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- b) O militar alistável é elegível, e se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- c) A condenação de servidor público federal por ato de improbidade administrativa não impede sua candidatura ao cargo de deputado federal, uma vez que tal situação não se inclui entre as hipóteses de suspensão de direitos políticos.
- d) O voto é obrigatório para o cidadão brasileiro naturalizado que seja analfabeto.
- e) Ação para impugnação do mandato de prefeito eleito usando um esquema de compra de votos deve ser ajuizada na justiça federal, dentro do prazo de seis meses, e instruída com provas do abuso do poder econômico.

**48.** A luz da Constituição, Tibério verificou que o Supremo Tribunal Federal poderá aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Sobre a mesma Súmula Vinculante, Tibério verificou que é correto afirmar que:

- a) somente o STF e STJ poderão propor;
- b) não poderá ser iniciada de ofício;
- c) poderá ser iniciada por provocação, mediante decisão da maioria dos seus membros;

- d) o TJ SC poderá provocar o STF para cancelar ou aprovar;
- e) poderá ser iniciada sem decisões anteriores sobre matéria constitucional.

## **NOÇÕES DE DIREITO CIVIL**

*Mário Godoy*

**49.** Em 2025, entrou em vigor a Lei A, que trazia disposições gerais sobre o uso de inteligência artificial pelos Poderes da República. No ano seguinte, passou a vigorar a Lei B, que introduziu disposições especiais sobre o uso de inteligência artificial pelo Poder Judiciário. Ocorre que várias disposições da Lei B divergiam das disposições estabelecidas pela Lei A.

Com relação às disposições divergentes, é correto afirmar que:

- a) A Lei A revoga a Lei B.
- b) A Lei B revoga a Lei A.
- c) Ambas as Leis se revogam reciprocamente
- d) Nem a Lei A revoga a Lei B, nem a Lei B revoga a Lei A.
- e) Por se tratar de uma questão constitucional, cabe ao STF determinar qual das Leis deverá revogar a outra.

**50.** Carlos dedicou sua vida a atividades políticas, mantendo durante todo esse tempo comportamento ilibado, nunca tendo sofrido qualquer processo criminal. Após sua morte, um adversário passou a publicar notícias difamatórias e caluniosas envolvendo o passado de Carlos, que depois se revelaram falsas. Tais notícias desagradaram a família de Carlos, sobretudo sua esposa (Vera), seu filho (André), seu pai (João), sua irmã (Sofia), sua sobrinha (Sônia), seu tio (Eduardo) e seu primo (Lucas).

Havendo interesse em propor eventual ação para a tutela da honra de Carlos, inclusive para fins de reparação de danos morais, é correto afirmar que será ou serão legitimados à propositura:

- a) Vera, apenas.
- b) Vera e André, apenas.
- c) Vera, André e João, apenas.
- d) Vera, André, João e Sofia, apenas.
- e) Vera, André, João, Sofia, Sônia, Eduardo e Lucas.

**51.** Cornélio, por testamento, destinou 5% de seus bens para criar uma fundação de assistência social a crianças abandonadas. Após sua morte, iniciaram-se os trâmites burocráticos para que a fundação fosse constituída.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Se os bens deixados para a fundação forem insuficientes, serão eles, na ausência de disposição contrária no testamento, revertidos aos herdeiros de Cornélio.
- b) Se o estatuto da fundação não for elaborado no prazo assinado por Cornélio, ou, não havendo prazo, em 180 dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.
- c) Quem velará pela fundação é o Tribunal de Contas do Estado em que estiver situada.
- d) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada pela maioria

absoluta dos competentes para geri-la e representá-la.

- e) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o juiz, de ofício, poderá promover-lhe a extinção.

**52.** Lúcia é servidora pública lotada em Florianópolis. Reside com ânimo definitivo em Palhoça. Atua como professora de universidade particular situada em São José. Tem casa de campo em Pomerode, onde passa férias. Recentemente, celebrou contrato que estabelecia, como foro competente para eventuais demandas, a comarca de Blumenau.

Com relação à situação descrita, é correto afirmar que Lúcia é domiciliada em:

- a) Florianópolis e Palhoça, apenas.
- b) Palhoça, apenas.
- c) Florianópolis, Palhoça e São José, apenas.
- d) Florianópolis, Palhoça, São José e Blumenau, apenas.
- e) Florianópolis, Palhoça, São José, Pomerode e Blumenau.

**53.** Com relação ao prédio onde funciona a prefeitura de Florianópolis, é correto afirmar que se trata de um bem público de:

- a) uso comum, sendo inalienável enquanto conservar sua qualificação e insuscetível de usucapião.
- b) uso comum, sendo alienável e suscetível de usucapião.
- c) uso especial, sendo inalienável enquanto conservar sua qualificação e insuscetível de usucapião.
- d) uso especial, sendo inalienável enquanto conservar sua qualificação e suscetível de usucapião.
- e) dominical, sendo alienável e insuscetível de usucapião.

54. Tomás firmou negócio jurídico com Bruno, de acordo com o qual viria a lhe proporcionar uma viagem a Marte caso este fosse aprovado na primeira colocação no concurso do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Dois dias antes da publicação do resultado do certame, um conhecido magnata americano conseguiu pousar com seu foguete em Marte.

Caso Bruno consiga ser aprovado em primeiro lugar no referido concurso, é correto afirmar que o negócio jurídico firmado entre ele e Tomás é:

- a) Válido.
- b) Nulo, não se sujeitando a prazo de prescrição ou decadência.
- c) Nulo, sujeitando-se ao prazo prescricional de 10 anos.
- d) Anulável, sujeitando-se ao prazo decadencial de 4 anos, a contar da realização do negócio jurídico.
- e) Inexistente.

### **NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

55. No que concerne às normas fundamentais do processo civil, é correto afirmar que:

- a) O Estado sempre promoverá a solução consensual dos conflitos.
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.
- c) O processo começa por impulso oficial e se desenvolve por iniciativa da parte.
- d) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão
- e) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais.

56. Em determinado processual judicial, o juízo competente se deparou com sucessivas leis processuais no decorrer do tramitar do feito. De acordo com o Código de Processo Civil, a norma processual, desde que respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada,

- a) retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- b) retroagirá, mas não será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- c) não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- d) não retroagirá e não será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- e) apenas retroagirá se favorecer o réu.

57. Ao receber uma petição inicial, o juízo competente entende que a parte não há necessidade e utilidade da tutela jurisdicional pedida pelo demandante, bem como que inexistente pertinência subjetiva da ação em relação ao autor. De acordo com o Código de Processo Civil, o juízo entendeu inexistir, respectivamente

- a) legitimidade passiva e interesse.
- b) interesse e legitimidade passiva.
- c) legitimidade ativa e interesse.
- d) interesse e legitimidade ativa.
- e) interesse e impossibilidade jurídica do pedido.

**58.** Paulo foi vítima de uma pirâmide financeira e ajuizou ação de indenização em face da empresa responsável. A parte solicitou a citação via oficial de justiça ou carta com aviso de recebimento. Diante desse pleito, deverá o juízo:

- a) indeferir o pedido da parte e determinar a citação via carta precatória.
- b) indeferir o pedido da parte e determinar a citação via carta rogatória.
- c) deferir o pedido da parte apenas quanto a citação via carta com aviso de recebimento.
- d) deferir integralmente o pedido da parte.
- e) indeferir o pedido da parte e determinar a citação via carta de ordem.

**59.** Considerando a propositura de ações idênticas para dois juízos em diferente momento, revelou-se necessária a análise de um dos feitos para a verificação do foro competente, considerando apenas o critério territorial. De acordo com o Código de Processo Civil, a determinação da competência se dará

- a) com a citação do réu.
- b) no momento do registro ou da distribuição da petição inicial.
- c) com a publicação do despacho positivo do juízo.
- d) no momento da apresentação da contestação pelo réu.
- e) com a juntada do mandado de citação do réu.

**60.** No que concerne à modificação da competência, é correto afirmar que:

- a) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- b) Reputam-se continentes 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- c) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda se um deles já houver sido sentenciado.

d) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.

e) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

**61.** Devidamente citado em processo cível, o réu pretende alegar a incompetência do juízo para a tramitação do feito. De acordo com o Código de Processo Civil,

a) em se tratando de competência absoluta ou relativa, necessária a apresentação de exceção de incompetência apartada da contestação.

b) o juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, salvo se a atribuir a outro juízo.

c) independentemente de manifestação da parte contrária, o juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência.

d) a incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

e) a incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

**62.** O Estado de Santa Catarina pretende ajuizar ação de indenização em desfavor de Tício, em virtude de danos cometidos ao patrimônio público estadual. De acordo com o Código de Processo Civil, nas ações em que o Estado seja autor, será competente o foro

a) da capital do estado.

b) de qualquer uma das sedes de repartições públicas estaduais.

c) do domicílio do réu.

d) do domicílio do réu ou da capital do estado, a critério do autor.

e) de qualquer cidade do estado.

**63.** No que concerne à jurisdição e a ação, é correto afirmar que:

- a) havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- b) é inadmissível a ação meramente declaratória, exigindo-se pedido condenatório para a configuração do interesse de agir.
- c) somente se admite a ação meramente declaratória caso não tenha ocorrido a violação do direito.
- d) para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.
- e) é inadmissível que se pleiteie direito alheio em nome próprio.

**64.** Em determinada comarca do TJ-SC, como medida de organização judiciária, o juiz determinou aos técnicos e analistas membros do gabinete que fizessem a separação daqueles feitos que precisam e daqueles que não precisam respeitar a ordem cronológica de julgamento prevista no Código de Processo Civil. Enquanto servidor recentemente empossa, Mévio respondeu corretamente não estarem submetidos a essa regra

- a) as sentenças de improcedência liminar do pedido.
- b) o julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos.
- c) o julgamento de embargos de declaração
- d) a causa que exija urgência no julgamento, assim reconhecida por decisão fundamentada.
- e) o julgamento antecipado parcial do mérito.

## **NOÇÕES DE DIREITO PENAL**

*Antônio Pequeno*

**65.** Renato, no dia 15/01/2026, com a intenção de matar, dá várias facadas em João. Imediatamente, a vítima é socorrida para o hospital por um transeunte. No dia 16/01/2026, João teve complicações e ficou entubado por 5 dias e no dia

23/01/2026 vem a óbito. De acordo com a situação hipotética, marque a alternativa correta que traga o tempo do crime, com forme a teoria adotada pelo Código Penal.

- a) Dia 15/01/2026.
- b) Dia 23/01/2026.
- c) Dia 16/01/2026.
- d) Pode ser tempo do crime as três datas em conjunto.
- e) Pode ser tempo do crime a data do tempo do resultado.

**66.** Caetano, com a intenção de matar a própria esposa, efetua disparos com arma de fogo de uso restrito ocasionando a morte desta. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta

- a) Ele responderá pelo crime de homicídio simples na forma consumada.
- b) Ele responderá pelo crime de homicídio qualificado na forma consumada.
- c) Ele responderá pelo crime de feminicídio majorado na forma consumada.
- d) Ele responderá pelo crime de feminicídio qualificado na forma consumada.
- e) Ele responderá pelo crime de lesão corporal seguida de morte na forma consumada.

**67.** Ricardo, servidor público, exige, no exercício da função, quatro mil reais (R\$ 4.000,00) de um particular. Ato contínuo, o servidor recebe a vantagem indevida. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta que traga o crime praticado por Ricardo.

- a) Concussão.
- b) Corrupção passiva simples.
- c) Corrupção passiva majorada.
- d) Exploração de prestígio.
- e) Conduta atípica.

**68.** De acordo com a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) marque a alternativa correta que traga um crime hediondo.

- a) Homicídio culposo.
- b) Furto simples.
- c) Domínio Social Estruturado.
- d) Lesão corporal leve.
- e) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

**69.** De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) marque a alternativa correta

- a) Alguns crimes o tipo de ação penal dependerá de representação da parte ofendida.
- b) Dependendo do contexto, o crime de abuso de autoridade pode ser praticado culposamente.
- c) A pena privativa de liberdade não pode ser substituída pelas penas restritivas de direito.
- d) A suspensão do exercício do cargo é um efeito da condenação.
- e) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

**70.** De acordo com a Resolução TJ n. 35/2025, que especifica as competências de todas as unidades judiciárias, são competências do juiz de direito em matéria criminal, exceto:

- a) processar e julgar ações penais por crimes e contravenções, não privativas de outros juízes;
- b) presidir a instrução criminal e exercer as atribuições referentes à pronúncia, impronúncia ou absolvição sumária dos réus, nos crimes da competência do Tribunal do Júri;
- c) processar e julgar *habeas corpus*;
- d) processar e julgar os crimes funcionais não expressamente atribuídos a outra jurisdição;
- e) os feitos de jurisdição contenciosa ou voluntária, de natureza civil ou comercial.

## **NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Renan Araujo*

**71.** No curso de uma investigação conduzida pela 1ª Delegacia de Polícia de Florianópolis, a autoridade policial requisitou a empresas prestadoras de serviços de telefonia e internet os dados cadastrais (como qualificação pessoal e endereço) de suspeitos e da vítima. Entretanto, o administrador de uma das empresas solicitou auxílio ao corpo jurídico da empresa, que informou que a requisição não poderia ser atendida, pois o crime em questão não se encontrava abrangido pela redação do art. 13-A do CPP.

Assim, é correto afirmar que o referido inquérito investigava o crime de:

- a) tráfico de pessoas
- b) sequestro e cárcere privado
- c) extorsão mediante sequestro
- d) redução à condição análoga à de escravo
- e) Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual

**72.** Após o encerramento de um inquérito policial na Comarca de Joinville, o Ministério Público permaneceu inerte, não oferecendo a denúncia no prazo legal, tampouco requerendo o arquivamento ou novas diligências. Diante da desídia do órgão ministerial, a vítima decidiu ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.

Sobre esse instituto processual, assinale a alternativa correta:

- a) A ação subsidiária é cabível mesmo se o Ministério Público já tiver requerido o arquivamento do feito perante o juízo competente.
- b) Caso o querelante seja negligente na condução do processo, ocorrerá a perempção, impossibilitando a continuidade da ação penal.
- c) O Ministério Público possui a faculdade de aditar a queixa-crime subsidiária, podendo inclusive incluir fatos novos ou novos acusados.
- d) O direito de queixa subsidiária deve ser exercido no prazo decadencial de 06 meses, contados da data da ciência da autoria do crime.
- e) A ação penal privada subsidiária da pública, embora prevista no CPP, não encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, por violar o monopólio da ação pública.

**73.** No que concerne às disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal sobre a ação penal, analise as assertivas abaixo:

- I – Nas infrações de ação pública, a persecução em juízo será promovida por queixa-crime oferecida pelo Ministério Público, dependendo, nos casos previstos em lei, de representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.
- II – O instituto da representação é dotado de retratabilidade, desde que esta seja manifestada até o oferecimento da denúncia pelo Parquet.
- III – No caso de falecimento do ofendido, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação penal privada transfere-se ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

IV – A doutrina e a jurisprudência estabelecem que a representação é um ato estritamente solene, exigindo formalidades específicas e o preenchimento de requisitos rígidos para sua validade.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I e III.

**74.** Ricardo foi denunciado perante o Juízo da 01ª Vara Criminal de Florianópolis pela suposta prática do crime de corrupção ativa. Ao tentar realizar a citação do réu no endereço indicado pelo Ministério Público, o Oficial de Justiça constatou que o réu não mais reside no local, tendo obtido informações seguras de que Ricardo encontra-se atualmente asilado no interior da Embaixada da Itália, localizada em Brasília-DF.

Diante dessa situação, nos termos do Código de Processo Penal, o réu deverá ser citado:

- a) pessoalmente, por meio de mandado a ser cumprido pelo Oficial de Justiça.
- b) mediante carta rogatória, por encontrar-se em legação estrangeira.
- c) por carta precatória, a ser dirigida à Seção Judiciária do Distrito Federal.
- d) por carta com aviso de recebimento (AR) dirigida à sede diplomática.
- e) por edital, ante a inviolabilidade de território diplomático estrangeiro.

**75.** No curso de uma ação penal que tramita na Comarca de Criciúma, o acusado obteve o benefício da liberdade provisória mediante o recolhimento de fiança. Sobre as regras de cassação, reforço e perda do valor da fiança estabelecidas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Se for constatado, em qualquer fase do processo, que a fiança concedida não era legalmente cabível naquela espécie de delito, a fiança deverá ser considerada quebrada pelo magistrado.
- b) Ocorrendo inovação na classificação jurídica do delito que o torne inafiançável, a fiança anteriormente prestada será julgada quebrada pela autoridade competente.
- c) Na hipótese de a autoridade ter fixado e tomado, por equívoco, um montante de fiança insuficiente para o caso, a fiança deverá ser cassada de imediato.
- d) O magistrado possui a faculdade de reduzir o valor da fiança em até dois terços se a situação econômica do preso assim recomendar, sendo-lhe vedado, contudo, dispensar a fiança.
- e) Considerar-se-á perdido, em sua totalidade, o montante recolhido a título de fiança se o réu, após condenação definitiva, deixar de se apresentar para o início do cumprimento da sanção imposta.

**76.** Um magistrado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ao encerrar a instrução de um processo criminal em Joinville, prepara-se para proferir a sentença.

Acerca dos requisitos e institutos relativos à sentença penal, conforme o Código de Processo Penal, assinale a opção correta:

- a) Caso o réu se encontre custodiado em estabelecimento prisional, sua intimação acerca da sentença condenatória deverá ser realizada obrigatoriamente por edital.
- b) As partes dispõem do prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, para requerer ao juiz que esclareça a sentença em caso de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

c) O juiz deverá absolver o acusado sempre que houver prova cabal de circunstância que exclua o crime, sendo vedada a absolvição se houver apenas fundada dúvida sobre a existência de tal excludente.

d) Na prolação da sentença condenatória, o magistrado deverá fixar o valor máximo para a reparação dos prejuízos sofridos pelo ofendido, visando a celeridade da execução cível.

e) O magistrado poderá conferir ao fato narrado na peça acusatória uma definição jurídica diversa, ainda que isso resulte na aplicação de uma pena mais severa, desde que não modifique a descrição fática contida na denúncia ou queixa.

**77.** Um servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi denunciado pela suposta prática de um crime afiançável de responsabilidade de funcionário público. O magistrado, ao verificar que a peça acusatória preenche todos os requisitos legais, deve dar prosseguimento ao feito. Com base no rito especial estabelecido pelo Código de Processo Penal e no entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o juiz deverá ordenar:

- a) a notificação do servidor para que responda por escrito no prazo de 15 dias, obrigatoriedade que persiste mesmo que a denúncia esteja acompanhada de inquérito policial prévio.
- b) a notificação do acusado para apresentar justificção preliminar em 05 dias, sob pena de recebimento imediato da exordial.
- c) a citação pessoal do acusado para que apresente resposta à acusação no prazo de 10 dias, conforme o rito ordinário.
- d) a citação do servidor para responder por escrito em 15 dias, sendo dispensada tal fase caso haja prova documental pré-constituída.
- e) a notificação do acusado para que ofereça resposta por escrito, no prazo de 15 dias.

**78.** Em uma comarca do interior de Santa Catarina, um crime doloso contra a vida de grande repercussão local está prestes a ser julgado pelo Tribunal do Júri. Diante de peculiaridades que podem comprometer a lisura do julgamento, as partes avaliam a possibilidade de desaforamento.

Sobre esse instituto processual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O desaforamento poderá ser determinado pelo Tribunal caso haja comprovado excesso de serviço que impeça o julgamento em prazo razoável.
- b) A existência de dúvida fundada sobre a imparcialidade dos jurados da comarca original autoriza o deslocamento da competência.
- c) O Tribunal poderá determinar o julgamento em outra comarca se houver receio quanto à segurança pessoal do réu.
- d) O pedido de desaforamento é restrito ao Ministério Público e ao próprio acusado, não podendo ser requerido pelo assistente de acusação.
- e) O Juiz-presidente do Júri possui legitimidade para, de ofício, representar ao Tribunal pelo desaforamento.

**79.** No âmbito de um julgamento pelo Tribunal do Júri na Comarca de Lages-SC surgiram dúvidas sobre as regras de organização e funcionamento do Plenário. Com base nas disposições do Código de Processo Penal relativas ao rito do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal do Júri é composto por 01 juiz togado (seu presidente) e por 25 jurados sorteados entre os alistados, sendo que 07 destes formarão o Conselho de Sentença em cada sessão.
- b) O serviço do júri é obrigatório, e o alistamento anual deverá recair sobre cidadãos maiores de 21 anos que gozem de notória idoneidade.
- c) Durante o sorteio dos jurados, as cédulas são lidas pelo juiz, sendo permitido à defesa e ao Ministério Público recusar os sorteados, até o limite de 02 recusas imotivadas para cada parte.

d) Durante a sessão de julgamento, é vedada a exibição de vídeos ou a leitura de documentos que não tenham sido juntados aos autos com antecedência mínima de 05 dias úteis.

e) Durante os debates, as partes poderão fazer referência ao silêncio do acusado, em seu prejuízo.

**80.** Um advogado em Florianópolis estuda a viabilidade de impetrar um habeas corpus em favor de um cliente que sofre restrição em sua liberdade de locomoção. Sobre as regras processuais e o entendimento dos Tribunais Superiores acerca do habeas corpus, assinale a opção correta:

- a) Os Juízes e Tribunais possuem legitimidade ativa para impetrar habeas corpus sempre que constatarem, no exercício da função, a ocorrência de coação ilegal à liberdade de locomoção
- b) Caso a ordem de habeas corpus seja concedida em razão de nulidade do processo, a lei dispensa a renovação dos atos processuais anulados
- c) Por ser o fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público é impedido de figurar como impetrante em ações de habeas corpus, limitando-se a oferecer parecer
- d) Admite-se o manejo do habeas corpus mesmo em processos cuja única sanção aplicada ou cominada seja a pena de multa, ante o caráter punitivo da medida
- e) O habeas corpus possui uma legitimidade ampla e universal, podendo ser impetrado por qualquer pessoa, física ou jurídica, em favor de pessoa física que sofra coação ou ameaça ilegal em sua liberdade de locomoção

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---